

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA ONZE DE MARÇO DE DOIS MIL E CATORZE** -----

----- **ATA NÚMERO DEZASSETE** -----

----- No dia onze de março de dois mil e catorze, pelas dezoito horas e quarenta minutos, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto, trigésimo sétimo e trigésimo nono do seu Regimento, reuniu em Sessão Extraordinária na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, para a realização da 5ª sessão do Debate Temático subordinado ao tema **“Colina de Santana (S. José, Miguel Bombarda, Capuchos, Desterro, Santa Marta e Santa Joana) – Conclusões e propostas a submeter à Assembleia Municipal.”**-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando José Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado,

Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Isabel Cristina Rua Pires, João Diogo Santos Moura, João Ricardo Ponte Sousa Vasconcelos, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Maria Cândida Cavaleiro Madeira, Nelson Pinto Antunes, Patrícia de Oliveira Caetano Barata e Rui Manuel Moreira Vidal Simões.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Nunes de Almeida Couto, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp, Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra e Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva.-----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 77º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Antunes.-----

----- Tiago Albuquerque (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Barata.-----

----- Miguel Tiago (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Gomes.-----

----- Ana Drago (BE), no período compreendido entre 23 de janeiro de 2014 e 23 de abril de 2014, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Isabel Pires.-----

----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vasconcelos.-----

----- Telmo Correia, (CDS-PP), no período compreendido entre 10 de março de 2014 e 14 de março de 2014,tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Moura.-----

----- Miguel da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Vidal Simões.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, João Gonçalves e Rui Franco.-----

#### QUINTA SESSÃO

----- **Conclusões e propostas a submeter à Assembleia Municipal**-----

----- O Painel foi moderado pelo **Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo**.-----

----- Relatores da quinta sessão: **Deputada Municipal Maria Luísa Aldim e Deputado Municipal António Arruda**.-----

----- **O Moderador, Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** deu início à sessão, eram 18 horas e 40 minutos.-----

----- Disse que o formato seria aquele já divulgado por todos os moderadores, pelos diferentes sites, pelo Diário de Notícias e outra comunicação social, Diário de Notícias que se associara à iniciativa.-----

----- Em primeiro lugar haveria intervenções dos oito relatores, dois por cada painel temático, que apresentariam uma súmula de ideias, conclusões e propostas que foram sendo apresentadas em cada uma das sessões do debate. Cada relator teria direito a cinco minutos.-----

----- Depois haveria as intervenções dos partidos políticos representados na Assembleia Municipal, com direito a três minutos.-----

----- A seguir seriam intervenções do público que se tinha inscrito, havia doze inscrições, com direito a três minutos.-----

----- A sessão seria encerrada por quem abrisse as sessões temáticas, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Arquiteta Helena Roseta.-----

----- O que se propunha era que houvesse uma súmula e um período de debate que refletisse as diferentes posições políticas em relação às sessões. Depois a Mesa iria propor um *draft* de conclusões e o que estava pensado, para os que acompanhavam o debate tivessem presente, era que no dia 25, na sessão da Assembleia Municipal, houvesse um ponto específico sobre a Colina de Santana, em que a Assembleia Municipal deliberaria sobre as conclusões desse debate, que vinha sendo muito vivo e participado, refletindo verdadeiramente aquilo que era o papel da Assembleia Municipal de Lisboa como verdadeiro parlamento da Cidade de Lisboa.-----

#### ----- PRIMEIRA SESSÃO -----

-----“O ponto em que nos encontramos”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)** começou por apresentar os seus cumprimentos a todos os presentes, com um especial agradecimento à Senhora Presidente da Assembleia Municipal pela oportunidade que dera à Assembleia de ouvir as preocupações dos munícipes e não só sobre a desativação dos hospitais e sobre a temática que envolvia a Colina de Santana.-----

----- Posto isso, cumpria-lhe fazer uma breve análise da primeira sessão do debate, que tivera como painel temático “O ponto em que nos encontramos”. A dita sessão tinha sido participada. Contudo, da transversalidade de opiniões que se verificara entre o público e os oradores não se tinham encontrado soluções, apenas sendo levantadas questões com predominância sobre a saúde, na parte que concernia à desativação dos hospitais que faziam parte da Colina de Santana, do património arquitetónico e histórico que se encontrava nos hospitais e no edificado circundante, ficando as soluções em aberto para os debates que se seguiram.-----

----- Quanto ao encerramento dos hospitais, o estudo elaborado por indicação do Doutor Correia de Campos, ex-Ministro da Saúde, acolhera a ideia de que o Hospital de Todos os Santos, a edificar na zona oriental da Cidade de Lisboa, Freguesia de Marvila, seria aquele que melhor serviria a população de Lisboa.-----

----- Por outro lado, no que concernia à desativação dos hospitais que faziam parte da Colina de Santana, o encerramento dos referidos hospitais devia ficar condicionado à

existência de alternativa que acolhesse as múltiplas valências existentes no Hospital de São José, Hospital de Santa Marta e Hospital dos Capuchos. -----

----- Devia ficar garantido que as unidades a construir fossem uma resposta global na área da saúde, que dessem resposta não só à população do Concelho de Lisboa, mas também à população da zona sul, sem esquecer as unidades de cuidados de saúde continuados e de proximidade.-----

----- Por fim, a regeneração da Colina de Santana e de todo o seu património arquitetónico, cultural e científico, devia ser salvaguardado, pelo que se aconselhava um plano de ação territorial, um PAT, coordenado pela CML no uso da competência que decorria do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que lhe permitia constituir parcerias com entidades de objetivos diversificados. -----

----- No que ao caso concernia, recomendava-se que as parcerias fossem efetuadas com entidades públicas e ou privadas, nomeadamente o Ministério da Saúde, a ARS, ESTAMO, IGESPAR, LNEC, sem esquecer a população residente e associações culturais, entre outras que a CML considerasse pertinentes. Caberia assim às diferentes entidades encontrar e agilizar soluções que acolhessem a monitorização das acessibilidades, das zonas sísmicas e aluimento de terras, reabilitação do edificado e recuperação versus conservação do património arquitetónico, histórico, cultural e científico da Colina. -----

----- Importava ainda verificar se a requalificação urbanística no pedido de informação prévia, PIP, se enquadrava no previsto no PDM. Mais se aconselhava que fosse assumido o compromisso entre todas as entidades de que o edificado arquitetónico e histórico da Colina de Santana ficava preservado para as gerações futuras. -----

----- Essa era a conclusão numa súmula, enquanto Relatora, que retirara das intervenções, todas elas pertinentes. A Assembleia Municipal teria na altura própria de retirar, para além das conclusões sobre os relatórios, de todas as participações ocorridas no debate. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** começou por cumprimentar todos os presentes. -----

----- Disse que a primeira sessão tinha sido genérica sobre todas as problemáticas, onde se fizera a apresentação do problema, manifestando-se desde logo os primeiros temas polémicos que se iriam repetir ao longo das várias sessões. -----

----- Numa altura em que ficavam a saber que Portugal só tinha metade das camas de cuidados intensivos da Europa, preparavam-se para destruir mais camas de cuidados intensivos em São José, as únicas que ainda permaneciam na zona que se pretendia repovoar, a zona central de Lisboa. -----

----- Perguntou se as contas hospitalares feitas dez ou vinte anos antes ainda se deviam manter nessas circunstâncias, continuando a ser dadas como fidedignas e justificando as decisões anteriormente tomadas. -----

----- Outro aspeto muito relevante era o tema dos custos em edifícios antigos, usado extensivamente pelos principais promotores desse projeto para justificar o fecho. A sua pergunta era se no Colégio de Santo Antão-o-Novo, onde estava São José, se deixariam de fazer despesas de manutenção ou se era para demolir. Parecia

completamente absurdo que fosse dada uma valorização de custos com o hospital em coisas que não tinham nada a ver com o hospital e que teriam de continuar a ser feitas de qualquer forma. Esse aspeto era muito importante e seria depois focado também pela proposta.-----

----- Perguntou se os hospitais portugueses antigos não tinham que ter aproximadamente os mesmos custos que os hospitais europeus das capitais europeias. Era um problema que também tinha sido levantado.-----

----- Disse que havia premissas base das razões apresentadas para o fecho dos hospitais que pareciam completamente desajustadas.-----

----- Voltando aos cuidados intensivos, referiu que havia 4,9 camas por cada cem mil habitantes, quando na Europa existiam mais de 11. Perguntou se não seria de estranhar que andasse um helicóptero com um doente à volta do País e não se encontrasse uma cama de cuidados intensivos, indo-se abrir um inquérito. Parecia-lhe absurdo abrir um inquérito para uma coisa dessas e nessas circunstâncias.-----

----- A sua questão era se estavam ou não perante um facto consumado, se poderiam ou não revisitarem opções e mudar a agulha em direção a um caminho mais sensato. Alguns intervenientes estavam absolutamente convencidos desse facto consumado. Esperava que ainda se pudesse demonstrar o contrário.-----

----- SEGUNDA SESSÃO -----

-----“Impacto das Propostas no acesso da população a cuidados de saúde”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** começou por cumprimentar todos os presentes e saudar a grande participação no debate. Era uma marca fundamental desse ciclo promovido pela Assembleia Municipal, em que os cidadãos tinham ido á casa que representava a democracia na cidade para se pronunciarem sobre assuntos da cidade.-----

----- Disse que, voltando ao início do processo, subitamente no verão anterior os lisboetas eram confrontados da decisão por parte do Executivo Municipal em aprovar pedidos de informação prévia da ESTAMO, empresa que geria e vendia os ativos imobiliários do Estado, para loteamentos na Colina de Santana, em zonas onde existiam hospitais e um convento.-----

----- A indignação surgida nesse verão refletia o interesse, uma demonstração do envolvimento dos lisboetas nesse processo. Muitos dos cidadãos daquela zona, moradores, comerciantes, amigos do património, reuniram-se e deram visibilidade mediática ao assunto, juntando-se em petições e recolhas de assinaturas. A Câmara Municipal de Lisboa percebera que não podia avançar, que havia uma oposição popular a esse projeto, a pedidos de informação prévia para esses loteamentos, decidindo, no seu entender bem, suspender e não avançar imediatamente com o processo. Uma das razões fundamentais era porque em setembro realizavam-se eleições autárquicas e isso teria um custo político grande a quem se pretendia recandidatar.-----

----- Era assim a democracia e ainda bem que era assim, era um sinal da sua vida e da sua dinâmica. Passadas as eleições o processo tinha sido retomado. A Assembleia

Municipal decidira que devia haver uma discussão participada com os cidadãos de Lisboa sobre isso, decidindo e muito bem fazer esse ciclo de debates. -----

----- Uma marca que atravessava todos os debates era a participação de muita gente, mas sobretudo a posição generalizada de quem tomara a palavra contra esses loteamentos. Essa também tinha que ser uma conclusão desse processo e com certeza que a Assembleia Municipal, quando realizasse o seu relatório final, teria em consideração essas vozes que se levantaram contra esse processo. -----

----- A democracia na cidade tinha ganho muito com a iniciativa. As vozes que se ouviram contra o processo tinham-se centrado em vários âmbitos, desde o urbanismo aos serviços de saúde, às questões relacionadas com o património, com a cultura, com a habitação, com a sustentabilidade. Tinha sido um debate muito transversal e muito rico desse ponto de vista. -----

----- Centrando mais no painel sobre os serviços de saúde, tinha estado presente um representante do Governo a seguir a lógica do representante da ESTAMO no primeiro debate, ou se aprovava o loteamento ou não havia novo hospital em Lisboa. Era uma lógica de chantagem, em que não seria possível fazer outro hospital se não aprovassem essa operação de especulação imobiliária, que era isso que realmente representava. -----

----- Parecia-lhe que a pior forma de fazer democracia e decisão numa cidade era sob chantagem e sob ameaça. -----

----- Várias vozes se tinham levantado pela necessidade de manter cuidados de saúde e havia opiniões muito diversas nesse âmbito. Algumas pessoas achavam que os hospitais se deviam manter tal como estavam, outras entendiam que devia haver uma reconfiguração, havendo um novo hospital, dos serviços de saúde ali prestados, mas havia um grande consenso de que aquela zona do centro da Cidade de Lisboa não podia ficar sem serviços de saúde. Era uma zona muito envelhecida, com grandes dificuldades de mobilidade por parte da população ali residente e, portanto, limitar o acesso à saúde daquela população era um atentado contra a democracia. -----

----- O representante do Governo tinha feito uma menção muito curiosa, dizendo que não havia procura para cuidados continuados e cuidados primários naquela zona da cidade, mas o que realmente queria referir era que não havia procura de prestadores de serviços, porque alegara que o Estado não prestava cuidados de saúde continuados e, portanto, concessionava às misericórdias e a privados. Essa era um pouco a lógica como o Governo olhava para a saúde no País e na Cidade de Lisboa. Se não havia quem quisesse vender os serviços de saúde, então eles não existiriam. Era a lógica que queria aplicar no novo Hospital Oriental de Lisboa, possivelmente numa parceria público-privada. -----

----- Concluiu dizendo que o debate sobre as questões de saúde tinha sido muito enriquecedor, mas sobretudo demonstrara a ameaça que pairava sobre o Serviço Nacional de Saúde e em particular sobre os equipamentos de saúde na Cidade de Lisboa. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** começou por cumprimentar todos os presentes. -----

----- Disse que a segunda sessão do debate temático sobre a Colina de Santana, ocorrido a 28 de Janeiro, incidira no impacto das propostas apresentadas pela ESTAMO sobre o acesso da população aos cuidados de saúde. -----

----- Assim, o relatório dessa sessão fazia um levantamento, com base no debate e nas informações disponibilizadas sobre essa matéria, das consequências do encerramento previsto dos Hospitais de São José, Santa Marta e Santo António dos Capuchos com a deslocalização das respetivas funcionalidades para o Hospital Oriental de Lisboa, a construir em Chelas, na Freguesia de Marvila. -----

----- Nesse debate participaram quase 300 pessoas e fora bem evidente a preocupação e indignação com as consequências da possível desativação desses três hospitais, sendo esse o sentimento generalizado e, portanto, o que estava refletido no relatório, além de outras opiniões, críticas e propostas que foram surgindo ao longo da discussão. -----

----- A questão da preservação do vasto património existente na Colina de Santana fora um ponto consensual entre as diversas intervenções proferidas. -----

----- Por parte dos oradores apenas o coordenador do Grupo Técnico para a reforma hospitalar, indicado pelo senhor Ministro da Saúde, emitira uma opinião no sentido de defender o encerramento desses hospitais por apresentarem problemas estruturais, falta de acessibilidades, uma desadequação às suas funções e elevados custos. -----

----- Indo ao encontro dessa opinião tiveram, das quinze intervenções do público, apenas uma que também defendera a desadaptação estrutural, os custos elevados de manutenção e a necessidade de se racionalizar a oferta de camas de cuidados hospitalares. -----

----- De resto, todas as opiniões manifestadas foram no sentido da clara contestação desse projeto, por considerarem que a Cidade de Lisboa e a população da Colina de Santana ficariam a perder com o encerramento de equipamentos naquela área. -----

----- Podia-se dizer que era transversal a necessidade e a importância de se debater essa temática e que havia preocupações e críticas manifestadas pela esmagadora maioria dos intervenientes, quer se tratasse de utentes, profissionais de saúde ou Deputados Municipais. -----

----- Fazendo um levantamento dessas críticas podia-se dizer que se centraram essencialmente no facto de o Hospital Oriental de Lisboa não resolver os problemas da população da Colina de Santana, apresentar problemas a nível de acessibilidades e, caso os outros hospitais viessem a encerrar, isso apenas agravaria os problemas já existentes. -----

----- Todos reconheceram que a população da Colina de Santana estava envelhecida, empobrecida e com prevalência de doenças crónicas, havendo uma grande necessidade de cuidados primários e continuados. Mas, apesar disso, as propostas apresentadas não consideravam essas características e necessidades. -----

----- Tinha havido outras críticas centradas na falta de diálogo e de auscultação das várias partes afetadas, no facto de não haver um documento único e coerente, nas decisões unilaterais dos governantes que tinham como base critérios economicistas e

que não salvaguardavam as necessidades da população, representando prejuízos para os utentes e para os profissionais de saúde. -----

----- Criticara-se o encerramento de hospitais sem se saber o que tinha acontecido aos utentes de equipamentos já encerrados, como estavam a ser acompanhados e se estavam ou não a ser acauteladas as suas necessidades. -----

----- Tinham-se levantado muitas dúvidas sobre o processo de venda dos hospitais, sobre a data de construção e entrada em funcionamento do novo hospital, que tipo de gestão teria, quantas camas se perderiam e sobre um eventual reforço dos cuidados de saúde primários. -----

----- Por várias vezes fora dado o exemplo de outras capitais europeias onde a política era manter os hospitais antigos a funcionar nos centros históricos, não se percebendo por que razão em Lisboa a orientação não seria essa. -----

----- Era de salientar que algumas questões colocadas ao representante do Ministério da Saúde ficaram por responder, designadamente a questão sobre os custos do novo hospital e a previsão de redução de custos com o encerramento dos hospitais da Colina de Santana. -----

----- Algumas das propostas apresentadas ao longo do debate foram a criação de um Museu dos Hospitais Cívicos de Lisboa, a construção de um parque de ciência e tecnologia, um reforço de unidades de cuidados primários e continuados (esse fora aliás um dos aspetos mais focados ao longo do debate), um espaço dedicado às medicinas não convencionais e a preservação do vasto património existente na Colina de Santana. -----

----- A CML tinha informado que a ESTAMO havia solicitado pedidos de informação prévia, que não tinham ainda sido votados e aprovados. Contudo, era preciso dizer que em julho de 2013, quando foram apresentados esses projetos pela ESTAMO para a Colina de Santana, se não fosse a forte pressão e contestação por parte da população, esses pedidos já estariam aprovados. Aliás, fora também com base nessa contestação que surgia o debate público ocorrido na Assembleia Municipal. -----

----- Fora defendido, por diversas vezes, que os projetos em causa deveriam ser suspensos, por deixarem de garantir o acesso aos cuidados de saúde da população da Colina de Santana e por trazerem prejuízos para os profissionais de saúde, pois o novo hospital não teria condições para os manter a todos. -----

----- Em conclusão, poderia dizer que nesse debate, além de ter ficado patente a clara contestação a esse projeto, fora também evidente que a CML devia defender os cuidados de saúde da cidade, não permitindo mais ataques a serviços públicos essenciais à população e que a Assembleia Municipal deveria dar especial atenção a essa matéria, fundamental para a Cidade de Lisboa, com a manutenção de equipamentos de saúde na Colina de Santana. -----

#### ----- TERCEIRA SESSÃO -----

----- “Impacto urbanístico, social e habitacional das propostas” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)**, Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações, começou por cumprimentar todos os presentes. -----



----- Disse que tinha sido um dos relatores da quarta sessão, que tivera como tema o “Impacto urbanístico, social e habitacional das propostas”. Tal como sucedera nos anteriores, não tinha havido unanimidade, nem era expeável que isso ocorresse, relativamente a esse vasto tema que estava em debate. -----

----- Havia pessoas defensoras daquilo que e previa poderem ser as propostas a implementar na Colina de Santana e havia quem estivesse diametralmente oposto, assim como havia pessoas com uma posição mais moderada. -----

----- Não querer estar a repetir o que no essencial já tinham dito alguns dos Senhores Deputados Municipais, até porque tinha ocorrido mais ou menos o mesmo figurino em todas as sessões, com diversas opiniões sobre esse tema. -----

----- Tinha tirado as suas conclusões depois de ouvir os debates e no momento era sua convicção que o debate não estava ainda encerrado. Estando longe de encerrar o debate sobre esse tema, não se atrevia a apresentar uma opinião definitiva sobre o mesmo. De resto, ela não resultava do debate ocorrido nesse dia. -----

----- Disse que o debate promovido pela Assembleia Municipal de Lisboa se tinha traduzido na abertura de uma autêntica “caixa de pandora”, que levava desde logo a Câmara Municipal de Lisboa a suspender os processos de pedido de informação prévia que estavam em curso. Era uma decisão que considerava oportuna e sensata e isso já tinha sido manifestado posteriormente, até na parte final do quarto debate. Era uma posição sensata perante as críticas e sobretudo as ideias que vinham sendo apresentadas por uma intervenção que se atrevia a classificar como o maior projeto de intervenção de reconversão urbana na Cidade de Lisboa após a construção da cidade imaginada e construída na zona oriental para acolher a Expo 98, que dera origem à Freguesia a que presidia, a Freguesia do Parque das Nações. -----

----- De qualquer modo, na atual fase do debate podia-se já concluir que a generalidade dos intervenientes reconhecera a necessidade de uma intervenção de enorme envergadura e que devolvesse à cidade uma zona cada dia mais degradada e desapropriada pelos munícipes e visitantes, apesar de fazer parte do seu centro histórico. -----

----- Tinham sido apresentadas ideias de elevada valia, cuja ponderação os autarcas da cidade e os responsáveis da ESTAMO, empresa de capitais exclusivamente públicos, logo Estado, proprietária dos edifícios, deveriam ser sensíveis. Era também uma conclusão que tinha retirado do debate. -----

----- Embora reconhecendo o elevado mérito, ou o trabalho de sustento à proposta da ESTAMO, entendia-se que no interesse da cidade, e o mesmo era dizer no interesse público, essa ponderação deveria ser efetuada, não podendo deixar de o ser. -----

----- Em síntese, além de se abrirem novas soluções arquitetónicas e sem perder de vista a necessidade e urgência de construir o Hospital de Todos os Santos, de que a cidade era de facto carente e nomeadamente na zona oriental de Lisboa, onde se pretendia que fosse implantado e que era a zona atualmente mais habitada da Cidade de Lisboa, os responsáveis por esses projetos deviam ser permeáveis a conciliar a construção de um espaço museológico, preferencialmente no Hospital Miguel Bombarda, bem como a permanência de uma unidade hospitalar, para além de se

avancar com projetos na área da hotelaria, revolucionando ao mesmo tempo as acessibilidades, por forma a tornar a Colina de Santana apropriável pelos lisboetas e por todos os que visitavam a cidade. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND)** começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que para todos era inegável a importância histórico-urbanística da Colina de Santana para a cidade. -----

----- O debate na Assembleia Municipal comprovava-o e demonstrava que havia muito a fazer na promoção de uma gestão urbanística mais próxima e participada pelos cidadãos e moradores nessas zonas de estudo, evitando uma visão desarticulada desse conjunto urbanístico. Era por isso de louvar a iniciativa da Assembleia Municipal de Lisboa, que através desse debate temático permitira discutir de uma forma alargada as problemáticas associadas ao futuro da Colina de Santana, apresentando sugestões concretas e valorizando a diversidade de opiniões e experiências dos cidadãos que participaram nesse debate. -----

----- Comprovava-se assim, nesse caso, que não tinha sido tarde para mudar o rumo na gestão do processo, participando e exercendo uma cidadania ativa. A decisão dos lisboetas no planeamento estratégico da cidade era um desafio que implicaria, sem dúvida, mais esforço por parte das equipas técnicas e decisores políticos na análise das preocupações à escala local, na integração dos diferentes contributos, na gestão de expectativas, tudo isso face à flexibilidade ou não dos instrumentos de gestão territorial disponíveis e à visão de uma cidade para todos, reabilitada, acessível, inovadora e economicamente competitiva. -----

----- Face às especificidades na Colina, no que tocava aos índices de degradação do património construído, as más condições de habitabilidade existentes, conjugadas e agravadas com a Lei das Renditas em vigor, seria necessário acautelar que a necessidade de valorização patrimonial e reabilitação criada com esse projeto não promovesse o esvaziamento da população aí residente, em grande parte idosa, em detrimento de nova construção a preços proibitivos. Essa preocupação tinha sido amplamente referida ao longo desse debate, demonstrando ser de facto um risco a ter em conta. -----

----- O grande potencial de desenvolvimento urbanístico e comercial dessa zona de cerca de catorze hectares, alicerçado em grande parte em propriedade estatal, não podia significar a gentrificação desse território, podendo a Câmara Municipal fazer uso da legislação para reserva de até vinte por cento da nova construção para habitação a custos controlados, prevendo numa altura de grande restrição financeira uma percentagem dessa nova habitação para constituição de uma bolsa de fogos com valores abaixo do mercado. -----

----- Isso permitia ao Município atuar como agente regulador do valor dos imóveis e ao mesmo tempo responder à crescente procura de alojamento a custos acessíveis. Era prova disso o grande número de candidaturas apresentadas ao abrigo dos programas habitacionais municipais, como fossem o regime de acesso à habitação municipal e o programa de renda convencionada, cuja procura excedia em muito a oferta disponível.

----- Clara estava, e bem, a intenção de manter a memória histórica da Colina na sua ligação à área da saúde e desenvolvimento de um polo científico de excelência que se esperava continuar a gerar contributos inovadores numa efetiva sinergia com os polos universitários.-----

----- Não obstante a centralização de serviços de saúde e a construção de um novo Hospital de Todos os Santos, era necessário avaliar e melhorar a rede de cuidados de saúde de proximidade e geriátricos, aproveitando a oportunidade de reabilitação também para pôr em prática as recomendações do plano de acessibilidade pedonal, por forma a promover mais e melhor acessibilidade e minimizando os obstáculos fruto das características biofísicas existentes na Colina.-----

----- Para finalizar, queria saudar mais uma vez a iniciativa lançada pela Senhora Presidente Helena Roseta, que permitira à Assembleia Municipal refletir e debater um problema de grande importância para Lisboa e abrindo espaço para os munícipes exercerem o seu direito de cidadania e participarem na discussão sobre o futuro que almejavam para a cidade. -----

#### ----- QUARTA SESSÃO -----

-----“Impacto das propostas na memória e identidade histórica da Colina de Santana”---

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Begonha (PS)** cumprimentou todos os presentes.-----

----- Disse que começava, e não podia deixar de o fazer, com o reconhecimento do exercício democrático e transparente que presidira às várias sessões do debate público sobre o futuro da Colina de Santana, contribuindo para fazer da Assembleia Municipal de Lisboa uma verdadeira casa da cidadania, como era também o seu desígnio. -----

----- Era também imperativo o reconhecimento do envolvimento dos cidadãos e associações de cidadãos, que fizeram dos debates, e em particular dessa sessão, uma auscultação abrangente de opiniões, propostas, críticas, reflexão e sobretudo a preocupação com o futuro de uma importante zona e parte do património cultural da cidade. -----

----- A sessão sobre o impacto das propostas na memória, identidade histórica da cidade, tinha sido marcada por propostas diferentes e muito debate. Tinha sido pela primeira vez dado a conhecer de forma tão relevante aquele que era o património da Colina de Santana, mas fora também marcada por importantes consensos e talvez o mais importante consenso tivesse sido a importância e a urgência de salvaguardar, reabilitar e preservar o património cultural, tanto móvel como imóvel, da Colina de Santana. -----

----- No decurso do debate tinham ficado bem claras as responsabilidades governativas em salvaguardar a riqueza dos espólios, coleções e arquivos espalhados e dispersos por diversos núcleos museológicos dos hospitais civis. Propunha, assim como tinha sido proposto no debate por várias intervenções, a integração e resgate de todas essas coleções sob a forma de um ou mais museus a alojar no espaço das antigas cercas dos hospitais. -----

----- A preservação da memória histórica da cidade, sob a forma de museu, devia ser responsabilidade conjunta das áreas governativas da saúde e cultura e não apenas uma

homenagem à preservação do património da Colina, mas também um projeto que integrasse os polos universitários e de investigação, que fosse um polo multicultural e um projeto central também à transformação da Colina na “colina do conhecimento”.---

----- Disse que também era importante aprofundar a caracterização enquanto “colina do conhecimento” e se o debate tinha revelado alguma pista sobre o futuro, era sem dúvida uma das mais importantes a dar à cultura e ao conhecimento um papel primordial nos futuros desígnios da Colina enquanto espaço onde a produção científica e de investigação na área da saúde existiam já de forma tão privilegiada e com uma tão grande tradição no passado. Era preciso trabalhar em conjunto com as universidades, era preciso incentivar mais unidades de investigação para além da atividade da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova nesses espaços.----

----- Sobre a preservação do património imóvel, património e memória dos edifícios e equipamentos hospitalares, as propostas tinham sido muito diversas mas também um consenso importante, a salvaguarda e reabilitação do futuro urbanístico da Colina e a defesa do património cultural imóvel. No entanto, queria deixar patente que essa salvaguarda do património não podia significar o bloqueio a projetos de reconversão desses edifícios, alguns deles eram unidades hospitalares já desativadas e com dificuldade em se adaptarem novas exigências técnicas requeridas para prestar os melhores cuidados de saúde que o progresso disponibilizava. -----

----- Deviam ser firmes em garantir que a desativação e fecho de mais unidades hospitalares não sucedesse sem estar a funcionar o Hospital de Todos os Santos e que a defesa intransigente desses equipamentos, dos quais constavam até edifícios classificados, que não ficassem sujeitos a uma maior degradação e ao esquecimento que poria em casa a salvaguarda do seu património cultural. -----

----- As opiniões e recomendações que expressava e que pretendiam também revelar a natureza do debate, marcado pela opinião de organizações cívicas preocupadas com a cultura e com a cidade, procuravam expressar também que a reabilitação da Colina de Santana se devia fazer através do combate à desertificação, criando novos espaços urbanos e habitacionais e aliando esses objetivos à defesa intransigente do património cultural e dos espaços que integravam a memória coletiva da cidade. Para fazê-lo era necessária uma visão integrada e adaptada às novas necessidades da cidade, quer em matéria de saúde, como em termos urbanísticos.-----

----- Como tinha sido referido no debate, em várias intervenções, o património cultural era sagrado mas deveria ser integrado nos novos projetos e necessidades da cidade e com capacidade de se adaptar a novas realidades do futuro e de uma cidade desenvolvida, progressista e em constante movimento.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** começou por cumprimentar todos os que estavam presentes para assistir à última sessão e à apresentação dos relatórios ou opiniões sobre as várias sessões do tema da Colina de Santana. -----

----- Antes de mais queria sublinhar que todo o debate se sustentara com base num equívoco que tinha de ser clarificado. O que estava em causa na Colina de Santana não era uma opção entre os hospitais civis e o Hospital de Todos os Santos, o que

estava em causa na Colina de Santana eram os hospitais civis ali. O encerramento ou não desses hospitais nada tinha a ver com o Hospital de Todos os Santos. Esse equívoco tinha que ser desfeito e era sobre isso que devia manter-se qualquer decisão ou alterar-se qualquer decisão.-----

----- O segundo aspeto que queria sublinhar tinha a ver com o facto de estarem a discutir a Colina de Santana e as decisões estarem a ser tomadas nas costas e à revelia da população, mas havia um trabalho que devia ser agradecido a toda a Assembleia Municipal e aos trabalhadores da Assembleia Municipal que disponibilizaram na internet toda a informação, todos os vídeos dos próprios debates, sendo disponibilizadas as atas para que qualquer pessoa pudesse participar, ainda que não o pudesse fazer do ponto de vista físico, mas que o fizesse a partir de suas casas e fizesse chegar a opinião.-----

----- Referiu que se encontrava disponibilizado no *site* um conjunto de notícias e se analisassem as notícias daquela última semana poderiam verificar que António Costa, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, mencionava debates e iniciativas públicas dando o encerramento como um dado adquirido.-----

----- Declarou que enquanto relatora não poderia, de forma alguma, aceitar que aquela fosse uma decisão tomada à revelia da população e daquela Assembleia Municipal.----

----- Sublinhou que não estavam a falar de direitos constitucionais mas sim do direito à saúde; que não podia passar pela cabeça de ninguém que ao se falar do acesso à saúde, do acesso a cuidados de saúde, se falasse de economia, de resultados, racionalização, quando aquilo que estava em causa era o encerramento de cinco hospitais, o que colocava em causa o acesso, por parte da população, aos cuidados mais básicos de saúde. Reforçou que não podia passar pela cabeça de nenhum dos presentes que um direito constitucional fosse sujeito a uma visão economicista de qualquer planificação urbana.-----

----- Acentuou que o planeamento urbanístico na cidade de Lisboa tinha feito surgir cerca de sessenta unidades hoteleiras na zona do Rossio e arredores e que existia, naquele momento, uma política de “gentrificação” da Cidade, que as pessoas estavam a ser afastadas dos centros históricos. Realçou que se insistissem naquele caminho estariam a excluir, a impedirem uma série de pessoas de viverem onde sempre tinham vivido e terem acesso ao direito constitucional que se encontrava garantido e que era o direito à saúde.-----

----- Frisou que apenas uma total política de insensibilidade social poderia compactuar com uma proposta que defendesse o encerramento daqueles hospitais.-----

----- Mencionou que a sessão em que tinha sido relatora fora uma sessão particular e lamentou que as Senhoras que tinham elevado a sua voz naquela sessão não o tivessem feito, também, nos debates anteriores. Registou, no entanto, a atenção com que seguiam a sua intervenção.-----

----- Lembrou que na sessão em que fora relatora se tinha abordado o património cultural e aproveitou para acentuar que a Senhora Presidente da Comissão tinha decidido, sozinha, quais iriam ser os intervenientes da mesa, ao contrário daquilo que

-----  
----- tinha acontecido nas sessões anteriores, nas quais os intervenientes tinham sido escolhidos por todas as forças políticas presentes. -----  
----- Realçou que naquela sessão se tinha chegado à conclusão que era preciso preservar o património histórico, o património museológico, devolvendo, aos habitantes de Lisboa, o direito à cultura. -----  
----- **O Moderador, Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** agradeceu, em nome da Senhora Presidente da Assembleia Municipal e dos restantes Deputados Municipais, àqueles oito relatores a sua participação, e agradeceu também aos Senhores Deputados Municipais João Magalhães Pereira, Vítor Gonçalves e Simonetta Luz Afonso por terem sido moderadores de três daquelas sessões, acrescentando que a primeira havia sido moderada pela Senhora Presidente da Assembleia, Helena Roseta. -----  
----- Comunicou que iriam ter, no segundo módulo daquela sessão, as intervenções das forças políticas representadas naquela Assembleia e que o terceiro módulo eram as intervenções do público. -----  
----- Disse que no segundo módulo iriam ser um pouco mais rígidos com o tempo. Informou que iriam avisar aos dois minutos e trinta segundos e depois aos três minutos, para ver se conseguiam cumprir com o tempo. -----  
----- Referiu que tinham as inscrições de todos os partidos políticos e comunicou que o Senhor Presidente de Junta do Parque das Nações, José Moreno, tinha prescindido da sua intervenção. Expôs que iriam seguir a ordem de representatividade dos partidos políticos e que os Deputados Municipais Independentes ficavam, por isso, para o fim. -----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Neves (PS)** salientou que das conclusões daqueles debates existia uma, transversal a todos, a de que os lisboetas não pretendiam ser espectadores da construção da sua Cidade. -----  
----- Lembrou que os munícipes tinham pedido que, e citou, “*salvaguardem o nosso passado, dignifiquem o nosso presente e qualifiquem o nosso futuro*”. Reforçou que pretendiam, naquele dia e naquela Assembleia, fazer eco àqueles apelos. -----  
----- Focou-se no presente. Disse que se a desativação dos hospitais Miguel Bombarda e do Desterro eram uma realidade, o encerramento dos hospitais de Santa Marta, São José e dos Capuchos pareciam uma inevitabilidade. Acrescentou que se por um lado a vacatura daqueles imóveis pudesse vir a representar uma oportunidade de reabilitação e, por sua via, para a regeneração urbana daquela Colina, tal não poderia, por outro lado, significar que os serviços prestados por aqueles equipamentos fossem, pura e simplesmente, suprimidos. -----  
----- Afirmou que importava, por isso, começar por exigir ao Governo que clarificasse as suas pretensões. Recordou, àquele propósito, que o representante do Ministério da Saúde, frontalmente questionado naquela Assembleia relativamente à calendarização das desativações dos hospitais ainda em funcionamento, face à previsão de conclusão do novo hospital de Lisboa, tinha optado por um silêncio constrangedor. -----  
----- Declarou que a qualidade dos cuidados de saúde bem como a extensão da sua prestação deveriam de estar garantidas, pois só assim teriam a tranquilidade necessária à construção do futuro. Mencionou que o futuro da Colina de Santana não poderia

passar, exclusivamente, pelas intervenções programadas nos pedidos de informação prévia que tinham dado origem àquele debate. -----

----- Referiu que os PIP eram uma parte, uma parte significativa, mas apenas uma parte, da solução reclamada pela Colina e pela Cidade. Realçou que a salvaguarda do património e dos bens culturais, incluindo aqueles que, até àquela data, não se encontravam classificados, nomeadamente a reabilitação urbana e das construções abarracadas, a qualificação ambiental do espaço público, do sistema de transportes e dos equipamentos coletivos, a regeneração do tecido económico e social e o fomento da inovação, que tudo aquilo se encontrava além das intervenções programadas nos PIP. -----

----- Considerou, por isso, fundamental que se desenvolvesse um plano estruturado que acomodasse todas aquelas dimensões numa solução sustentável que abraçasse a oportunidade de inovar. Sublinhou que era assim que se fazia uma Cidade, considerando tudo e envolvendo todos, razão pela qual, um plano de ação territorial seria, na sua opinião, a solução mais eficiente para o desafio que a Colina constituía; um plano de ação territorial seria como uma plataforma de convergência entre os diversos atores, nomeadamente a Câmara, Ministério da Saúde, ESTAMO, Universidade e IGESPAR, podendo planificar e calendarizar coordenadamente as ações que, em concreto, que cada um se propusesse realizar. Acentuou que, acima de tudo, seria a tradução de um compromisso para o futuro daquela Colina, transparente e escrutinável. -----

----- Lembrou que o futuro da Colina de Santana passava também por atrair novos habitantes e captar mais empresas e mais empregos, criando espaços para a cultura, o turismo e a inovação; passava por garantir o acesso, por parte da população, a serviços, a comércio e a equipamentos coletivos. Terminou dizendo que o preconceito não tinha lugar na Colina de Santana. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** começou por dizer que a Assembleia Municipal tinha decidido em boa hora, por proposta da sua Presidente, lançar aquele debate público subordinado ao tema "Colina de Santana", uma parcela enorme da Cidade da qual muito poucos falavam, até terem surgido as propostas de loteamentos para os espaços que tinham estado, e que em alguns casos ainda estavam, ocupados por unidades hospitalares. -----

----- Disse que já eram muitos os que, naquela altura, conseguiam situar aquela importante Colina e identificar os seus problemas, para além daqueles que se prendiam com as unidades hospitalares, eram identificados por muitos. -----

----- Sublinhou que a Colina de Santana era um importante território de Lisboa que carecia de intervenção urgente em termos urbanísticos, habitacionais, sociais e culturais, de segurança e mobilidade. -----

----- Realçou que tinham naquela altura, depois de um largo e intenso debate, a possibilidade de propor possíveis soluções para aquele problema, contribuindo assim para dar mais cidade à Cidade. -----

----- Salientou que a oportunidade surgida com a transformação dos antigos conventos em novos empreendimentos permitia olhar para toda a Colina de Santana,

nomeadamente do Rossio à Praça Dona Estefânia, da Avenida da Liberdade à Avenida Almirante Reis, encarando os novos loteamentos em simultâneo com todos os problemas estruturais da Colina, não dissociando uns dos outros, mas antes criando soluções complementares, valorizando assim a qualidade de vida dos habituais e dos futuros habitantes. Acentuou a importância de se criar um compromisso sério entre todos os habituais e potenciais parceiros liderado pelo município garantindo o seu empenho e contribuição. -----

----- Partilhou que o Partido Social Democrata defendia e propunha, relativamente àquela matéria, o estabelecimento de um programa de ação territorial, abreviadamente designado por “PAT”. -----

----- Introduziu que os “PAT” eram formas flexíveis de planeamento e desenvolvimento urbano caracterizados pelo compromisso, contratualizado, entre as partes envolvidas e interessadas na sua concretização, que não excluía a possibilidade de as integrar em planos de urbanização, planos de pormenor ou em unidades de execução. -----

----- Desenvolveu que os “PAT” tinham por base um diagnóstico às tendências de transformação das áreas a que se referiam, definiam os objetivos a atingir no período da sua vigência e especificavam as ações a realizar, determinavam a calendarização dos investimentos e programavam as necessárias operações de reabilitação, reconversão, consolidação e extensão urbana. -----

----- Resumiu que os Programas de Ação Territorial eram instrumentos contratuais, programáticos de coordenação da atuação de entidades públicas e privadas. Realçou que os “PAT” não eram um instrumento de gestão territorial mas antes ferramentas para a execução dos instrumentos de gestão territorial, ou da programação de ações para a sua execução e que por isso não careciam de aprovação obrigatória por parte daquela Assembleia, no entanto não só era recomendável que assim fosse como iriam propor que a Assembleia acompanhasse aquele processo. -----

----- Referiu que, e de forma a garantir o êxito daquele Debate, era necessário adotar algumas soluções estratégicas, nomeadamente, a promoção de uma solução adequada ao encerramento das unidades hospitalares e das suas alternativas, para que se realizassem com benefício para o sistema global de saúde e sem prejuízo, em termos de cuidados de saúde, para a população residente na Colina; desenvolver projetos de loteamento dos hospitais desafetados de uso hospitalar com respeito ao património arquitetónico, cultural e científico existente nos mesmos; priorizar a segurança sísmica de toda a Colina, especialmente as suas vertentes mais instáveis; proceder ao levantamento das necessidades relativas ao edificado e, entre outros, espaço público; definir quais os protocolos e contratos a serem estabelecidos com as entidades públicas e privadas e procurar apoios comunitários à resolução de, nomeadamente, problemas sísmicos; estabelecer as unidades de execução e programar a calendarização do programa; suspender todos os PIP que tivessem dado entrada na Autarquia até ao estabelecimento dos “PAT”; constituir, ao nível da Câmara, um Gabinete ou estrutura semelhante e iniciar os contactos com as diversas entidades de forma a iniciar um compromisso de envolvimento; levantamento, através dos serviços



municipais, de todo o edificado e da situação habitacional e social de toda a população residente e, a criação, naquela Assembleia, de uma Comissão eventual de acompanhamento do programa de Ação Territorial da Colina de Santana. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** começou por questionar se precisavam ou não dos Hospitais Cívicos de Lisboa, se queriam ou não os Hospitais Cívicos de Lisboa e respondeu que a generalidade defendia os serviços hospitalares.-----

----- Expôs que nos Hospitais Cívicos de Lisboa residia um património muito valioso, o património médico científico que, com os novos hospitais, iria ser, inevitavelmente, destruído. Salientou que era naqueles hospitais que se encontravam serviços de excelência nacionais e regionais; que constituíam uma das centralidades sociais e económicas mais importantes da Cidade; que o seu funcionamento tinha sido fiel e uma garantia da defesa do património. -----

----- Destacou que tinha ficado fielmente demonstrado o porquê de terem participado naquela discussão, importantíssima, mas armadilhada. Lembrou que alguns não se tinham deslocado àquela sala para discutirem os serviços de saúde mas para discutir o que fazer após a sua extinção. Questionou, na ausência dos serviços de saúde, o que diziam os arquitetos, os urbanistas, os defensores do património.-----

----- Disse que era necessário “voltar à terra”. Indagou o que é que, do ponto de vista estratégico, precisavam os hospitais.-----

----- Assumi que todos estariam de acordo em recomendar àquela Assembleia a suspensão do licenciamento urbanístico, recomendar a reversão para o Estado dos hospitais vendidos artificialmente à ESTAMO e, finalmente, que aquela Assembleia, na sua dinâmica e representada pela sua Presidente, iria introduzir o debate, indagando quais os serviços de saúde pretendidos para a Cidade. -----

----- Revelou que ninguém pretendia a morte daquela, quase, dezena de hospitais. -----

----- Realçou que Marvila merecia o seu hospital, mas de média dimensão.-----

----- Observou que tinham mil e quatrocentas camas nos hospitais cívicos, que já tinham tido mil e oitocentas e que, naquele momento, se propunham quinhentas camas. Questionou que milagre era aquele. -----

----- Frisou que eram todos responsáveis por aquele tema. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** disse que era importante ressaltar o processo que se tinha gerado em torno das variantes da Colina de Santana. -

----- Mencionou que era importante ouvir as pessoas em processos como aquele, um processo com alterações radicais. -----

----- Salientou que tinha ficado latente, nos vários debates tidos sobre os vários temas em torno daquele loteamento, que a população, especialistas de saúde, urbanização e reabilitação tinham marcado o tom da crítica ao processo iniciado pela Autarquia, que, tinha, por sua vez, procurado levar aquele processo para a frente, de mansinho, para ver se ninguém reparava. -----

----- Saudou o facto de aquela maioria, desfavorável ao processo de loteamento, ter tido oportunidade de se expressar naquele espaço. -----

----- Lembrou que o Bloco de Esquerda tinha, no ano anterior, antes e depois da campanha autárquica, levantado questões e apresentado propostas para a Colina, por considerarem que não se poderia ignorar um processo que só iria prejudicar a população.-----

----- Referiu que aquele Executivo, intuindo que a opinião pública iria ser desfavorável, procurara acelerar o processo daquele loteamento. Recordou que tinha sido o Bloco a propor, através de uma Moção, um debate aberto a todos os cidadãos e a todos os que nele quisessem participar. -----

----- Comentou que muito fora dito ao longo daqueles debates, que muitos refutavam aquele loteamento, refutavam a forma como a Câmara o tinha pensado e apresentado e apontavam caminhos interessantes para a forma de repensar aquela área essencial da cidade de Lisboa, quer fosse ao nível dos cuidados de saúde, quer fosse a nível arquitetónico, cultural, social ou patrimonial. -----

----- Apontou que muitas das propostas apresentadas pela população iam ao encontro de algumas das propostas que o Bloco tinha apresentado, nomeadamente, a criação de um Museu Nacional da História da Medicina, a instalação de unidades de saúde que privilegiassem os cuidados continuados e reabilitação, uma reabilitação que não destruísse o património existente mas que antes o recuperasse e com ele jogasse de forma a rejuvenescer uma cidade sem a descaracterizar. -----

----- Salientou que não se podia continuar a valorizar fundos imobiliários a hospitais que ainda não existiam, mas antes valorizar as pessoas que trabalhavam na Colina, valorizar as suas ideias e a sua história, valorizar as valências existentes ao nível da saúde e impulsionar outras, valorizar o património cultural, histórico, arquitetónico e habitacional, sempre em prol da população. -----

----- Resumiu que o culminar daquele debate na Cidade, sobre a Cidade, no local certo para debater as questões que afetavam os cidadãos, consolidara a ideia de que aquele era um meio, que deveria de ser aproveitado, para dar mais voz às pessoas. -----

----- Expôs que reforçara, também, algo que já era óbvio, designadamente, o facto de aquele processo de loteamento da Colina de Santana, proposto pela Câmara, estar errado desde o início. -----

----- Aconselhou aquele Executivo a refletir sobre qual é que era, afinal, a sua prioridade para Lisboa.-----

----- Esperou que aquele debate se concluísse com o funeral daquele projeto de loteamento e que nascesse um planeamento democrático, participado e que preservasse os serviços públicos essenciais aos cidadãos e o direito a viver em Lisboa.

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS/PP)** disse que para o CDS era óbvia a necessidade de intervenção e reabilitação na Colina de Santana e que era impossível ignorar que a Colina era uma zona de Lisboa habitada, na sua maioria, por uma população envelhecida, carenciada, rodeada de habitações degradadas, abandonadas e com fracas acessibilidades na sua envolvência. -----

----- Sublinhou que também era óbvio que os hospitais daquela Colina não podiam continuar sem a garantia da prestação dos serviços aos seus habitantes, os da Colina e também os de Lisboa, os usufrutuários do serviço prestado pelos hospitais de São

José, Santa Marta e Santo António dos Capuchos, três, dos cinco, hospitais que compunham o acesso à saúde disponível naquela Colina. -----

----- Asseverou que uma alteração daquela envergadura só deveria acontecer quando os serviços se encontrassem totalmente assegurados, não apenas pela abertura prevista do Hospital de Todos os Santos, mas também com soluções locais adequadas às necessidades dos residentes.-----

----- Focou que aquele projeto incluía a criação de duas novas unidades de cuidados primários, uma de cuidados continuados, uma unidade residencial para idosos e dois centros de dia. Considerou que era bastante redutor, pois se somassem aos habitantes existentes naquela altura àqueles que se previam com os seiscentos e sessenta e três fogos projetados.-----

----- Defendeu, o CDS, que a solução passava não apenas por reforçar as unidades propostas como também pela realização de um estudo que permitisse calcular as necessidades reais, para que a construção se realizasse em proporção adequada e descentralizada garantindo o acesso à saúde de todos os habitantes daquelas zonas.-----

----- Afirmou que aquele projeto poderia representar uma verdadeira oportunidade de reabilitação para Lisboa mas, recomendou que se planeasse, que se fizesse daquele plano o projeto integrado de reabilitação urbana pensado a médio longo prazo.-----

----- Lembrou que era necessário atrair mais famílias, mais jovens, mais habitantes, mais comércio e mais turismo; que era necessário deixar de olhar para a Colina como Lisboa envelhecida e esquecida, e passar a olhar para uma Colina cheia de vida, para a Colina que servia os lisboetas.-----

----- Reafirmou a importância daqueles debates, que tinham permitido conhecer a opinião dos residentes, bem como de especialistas e intervenientes em todo aquele projeto. Desejou que aquelas vozes fossem recordadas.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** introduziu que as unidades hospitalares de Lisboa central, localizadas na Colina de Santana, uma das facetas do extenso mais património do Estado, tinham vindo a ser, ao longo dos tempos, objeto de especulação.-----

----- Recordou que durante anos, sucessivas Leis de Orçamentos de Estado tinham definido critérios para a alienação de imóveis, tendo envolvido como intermediária, pelo menos até dois mil e oito, a Sagestamo. Acrescentou que aquela alienação de bens estava a ser efetuada à sua subsidiária, a ESTAMO.-----

----- Disse que tinha sido com base no Decreto-lei número duzentos e oitenta e dois mil e sete, e na subdelegação de competências dos Ministros das Finanças e da Saúde nos seus Secretários de Estado, que com o Despacho número vinte e dois mil quatrocentos e cinquenta e três de dois mil e nove que o Estado acabaria por confirmar a autorização da celebração de contratos de gestão imobiliária e respetiva afetação do produto da alienação dos prédios dos 4 hospitais da Colina de Santana. ----

----- Desenvolveu que a lista de alienação de imóveis do Estado em dois mil e nove identificava vários imóveis para alienação, incluindo, nomeadamente, os prédios urbanos dos Hospitais dos Capuchos, São José, Miguel Bombarda e de Santa Marta. Prosseguiu, dizendo que o objetivo imediato consistia em a ESTAMO pagar ao

Estado o valor dos edifícios arrecadando o Estado uma receita superior a onze milhões e quatrocentos mil euros, pura engenharia financeira, em que o Estado vendia ao próprio Estado, para ficcionar a redução do défice. -----

----- Salientou que no entanto o Ministério da Saúde ainda devia cerca de quinze milhões de euros à ESTAMO de indemnizações pela ocupação dos imóveis dos hospitais de Santa Marta, São José, Capuchos e do ex-sanatório da Ajuda, estando o seu pagamento ainda a ser negociado. -----

----- Considerou que era caso para se dizer que se tinham ido embora os anéis, ou seja, os hospitais, e também os dedos, ou seja, os juros de indemnização com eles. -----

----- Questionou qual o papel da Câmara em todo aquele processo. Expôs que numa primeira fase, interessadíssima, mas que naquela altura se encontrava na expectativa pois tinha sido pressionada pelo debate público e pelo reiterado protesto de cidadãos e profissionais da saúde. -----

----- Sublinhou que não se podiam esquecer que tinha sido a própria vereação que em abril de dois mil tinha ido às Comissões daquela Assembleia divulgar os projetos da Sagestamo, datados de dois mil e sete, para os terrenos, hospitais e instalações militares com desafetação prevista em Lisboa. -----

----- Referiu que os citados Orçamentos de Estado até atribuíam aos Municípios o direito de preferência nas alienações realizadas através de hasta pública, mas que a Câmara, antevendo novas receitas e futuras taxas de IMI, promovera os loteamentos para a Colina de Santana. -----

----- Mencionou que o projeto urbano previa a conversão daqueles quatro hospitais em espaços com valências hoteleiras, habitação, comércio, estacionamento e lazer, e que o valor estimado à realização daquele projeto, com novas construções, reabilitações e arranjos exteriores era de, no mínimo, duzentos e cinquenta milhões de euros. -----

----- Realçou que aquele projeto deixava a saúde do centro de Lisboa sujeita a um genuíno processo de despejo e que a alternativa oferecida pelo Governo era a transferência daquelas unidades, com a perda de mais de novecentas camas, para um novo hospital em Chelas. -----

----- Salientou que o Senhor Vereador Manuel Salgado tinha comunicado, apenas naquela altura, que os PIP's se encontravam suspensos até à aprovação de um programa de salvaguarda e regeneração urbana envolvendo a Câmara, a ESTAMO e a Universidade de Lisboa. Acrescentou que o Senhor Presidente da Câmara tinha vindo a afirmar que o fecho de hospitais na Colina de Santana era uma oportunidade de regeneração e indagou de que lado estava a Câmara. -----

----- Asseverou que era urgente que o Município e o Governo reconsiderassem e revissem os projetos, em prol do respeito pelas valências que ameaçavam destruir. -----

----- Disse que o Grupo Municipal de “Os Verdes” via naqueles projetos urbanos oportunidades de negócios financeiros para o Governo e os privados. Afirmou que era inevitável a sua salvaguarda, o respeito pelas unidades histórico artísticas e a componente de saúde, que deveriam de prevalecer acima dos efeitos especulativos, de ações de pertença e modernização urbanística. -----

----- Concluiu que, ao longo daquele processo, os números eram um fim para o Governo, o que significava, para os cidadãos, o fim da linha no direito do acesso à saúde consignado na Constituição da República Portuguesa. -----

----- (Entregou à mesa uma versão mais pormenorizada da sua intervenção, a qual se anexa à presente ata como anexo nº1 e dela faz parte integrante.) -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** declarou que o Partido da Terra era contra o encerramento dos hospitais. -----

----- Realçou que um pouco por toda a Europa os hospitais em edifícios do século dezanove continuavam a funcionar. -----

----- Referiu que os habitantes abrangidos por aqueles hospitais iriam, ao terem de se deslocar ao novo hospital, duplicar ou triplicar o tempo de viagem e um minuto podia salvar uma vida. -----

----- Expôs que o Partido da Terra só compreendia o fecho dos hospitais devido à especulação imobiliária. Observou que Lisboa tinha, naquele momento, muitos prédios vazios e que urgia recuperar aquele património. -----

----- Assinalou que não se iria conseguir preservar, na totalidade, o histórico existente naqueles hospitais. Afirmou que muitos daqueles edifícios iriam ser demolidos pela especulação. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** salientou a importância histórica e científica da Colina de Santana. Disse que a situação que se tinha criado na Colina de Santana, através da proposta que se encontrava em debate, constituía vários desafios ao nível das políticas sociais e do acesso universal a cuidados de saúde, da salvaguarda patrimonial daquele conjunto e das novas valências de fruição daquele espaço com todas as implicações técnicas existentes. -----

----- Entendia o PAN que aquele processo só poderia ter seguimento se se salvaguardassem alguns aspetos, nomeadamente a manutenção, num dos hospitais da Colina, de um serviço de urgências de primeira linha, tendo sugerido, em primeiro lugar, o Hospital de São José, a par com o de Santa Maria e o futuro Hospital de Todos os Santos; promover, com parte dos fundos associados ao empreendimento imobiliário, a renovação dos centros de saúde da zona, incluindo consultas externas para os moradores da Colina; que fossem contempladas novas alternativas de acessibilidade à Colina, que fossem previstos interfaces com o Metropolitano; que numa das unidades hospitalares existentes, e após as adaptações necessárias, fossem acrescentados serviços de cuidados continuados, bem como de cuidados paliativos, com um número de camas em harmonia com as necessidades existentes e com aquela que era a média da União Europeia; que fossem acrescentados, àquela unidade hospitalar, os serviços de terapias não convencionais; que fossem preservados, na intervenção urbana, todos os elementos patrimoniais relevantes e, por fim, a criação de um espaço museológico de todo o espólio hospitalar móvel científico. -----

----- Apontou que aquele ciclo de debates sobre a Colina de Santana tinha chegado ao fim. -----

----- Destacou, pelas suas características próprias, médica ou patrimoniais, dois edifícios, designadamente o Hospital de São José e o Hospital Miguel Bombarda. -----

----- Sugeriu, o PAN, que as urgências que se encontravam nos outros hospitais transitassem, após as obras de requalificação, para São José.-----  
----- (Entregou à mesa uma versão mais pormenorizada da sua intervenção, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 2 e dela faz parte integrante.)-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** disse que iria ser muito breve, que iria realçar aquilo que, politicamente, importava realçar. -----  
----- Focou que aquela iniciativa permitira colocar o projeto “Renovação Urbana da Colina de Santana” no lugar onde deveria de ter começado. -----  
----- Resumiu que tinham começado pela audição dos diferentes interessados e interesses. Defendeu uma visão global e estratégia para toda a Colina de Santana, ao invés de se deixarem enredar na discussão do projeto arquitetónico A ou B, da manutenção do painel de azulejos C ou D, da classificação do edifício E ou F ou de qualquer outro aspeto dos projetos em causa. Salientou que eram, sem dúvida, aspetos importantes a considerar numa operação urbana, mas que ocupavam claramente uma posição secundária face às questões estratégicas e estruturais que deveriam, primeiro, ser objeto de decisão pública, após o necessário debate público.-----  
----- Acentuou que aquele debate tinha demonstrado outras coisas, designadamente que aquela Assembleia não se encontrava disponível para ser remetida para um papel secundário, quando o assunto em causa era a intervenção num espaço urbano com aquela centralidade, dimensão e riqueza de património. Salientou que aquela Assembleia não aceitara que aquele processo, desenvolvido à porta fechada, fosse simplesmente aprovado colocando em funcionamento a maioria de ocasião.-----  
----- Declarou que aquela Assembleia também não se encontrava disponível para aceitar, passivamente, uma política governamental de saúde cujos efeitos eram dramáticos para a Cidade. -----  
----- Destacou que aquela Assembleia tinha aprovado, naquele dia, uma proposta que abria caminho à resolução de um problema que tinha começado pela aplicação cega do Plano Diretor Municipal.-----  
----- Recordou que aqueles índices eram apenas o limite máximo à edificabilidade e não um direito à partida, e que aquela potencialidade de edificação tinha de ser confrontada com aquelas que eram as condições, as características e os desejos da população da cidade de Lisboa e aquilo que era desejado para o futuro da Cidade.-----  
----- Explicou que era por aquilo que o planeamento urbanístico era uma função pública, que era por aquilo que os planos e os instrumentos de gestão territorial eram aprovados naquela Assembleia.-----  
----- Referiu que aquele debate tinha permitido um vasto conjunto de ideias e propostas exequíveis, conforme demonstrado por outros estudos realizados, nomeadamente o sucesso alcançado pela área de desenvolvimento e investigação da Faculdade de Ciências de Lisboa. -----  
----- Acentuou que não se tinham ilustrado, apenas, opções alternativas válidas e referiu o enorme contributo para que a Colina de Santana não se viesse a transformar em mais um Chiado, em habitação de luxo ou em mais uma área de hotelaria.-----

----- **O Moderador, Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** informou que tinham terminado o segundo módulo e que iriam dar início ao período destinado à intervenção do público. Comunicou que tinham duas Senhoras Deputadas Municipais inscritas naquele período. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** disse que a sua intervenção visava clarificar uma afirmação feita pela Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes, do PCP. Lembrou que a Senhora Deputada a acusara de ter escolhido, em exclusividade, todo o painel da quarta sessão daquele Debate, dedicado à “Memória da Colina de Santana”. Referiu que a Senhora registara a sua afirmação pelas duas vias, a oral, utilizada naquela sessão, e a escrita, no documento destinado à opinião das relatoras. -----

----- Clarificou que, conforme o que lhe havia sido solicitado, apenas tinha indicado dois, dos cinco intervenientes do referido painel, especificando que escolhera a professora doutora Raquel Henriques da Silva e o olisipógrafo José Sarmento de Matos. -----

----- Salientou que aquela afirmação era apresentada como introdução à opinião das relatoras, num tom acintoso e desagradável. Solicitou que, por não ser verdade, se retificasse aquela afirmação por escrito. Aliás, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal sabia muito bem, porque isso tinha ido à Conferência de Representantes. ----

----- **O Senhor Doutor Vítor Machado Borges** disse que se encontrava naquela sala em representação da Sociedade de Geografia de Lisboa e, de alguma forma, também em representação da Ordem dos Médicos do Núcleo da História de Medicina, que iria ser representado, em concreto, pela Dra. Cristina Moisão. -----

----- Introduziu que o património existencial, cultural, histórico e urbano da Colina de Santana, a importância técnico-científica e simbólica da Escola Médico Cirúrgica dos Hospitais Cívicos de Lisboa, e a preservação e utilização educativa e turística do seu património, bem como o rejuvenescimento integrado de uma zona tao central e característica da Cidade, era necessário um envolvimento e progresso urbanístico que por um lado não restringisse a fruição do património público e que por outro não destruísse a identidade própria daquela zona, evitando a criação de guetos sociais e condomínios privados, com ou sem luxo. -----

----- Expôs que a Sociedade de Geografia de Lisboa tinha feito, através do seu Presidente, chegar àquela Assembleia um parecer sobre a Colina de Santana, bem como a Ordem dos Médicos, através dos seus órgãos próprios da História da Medicina, e da presença do Dr. Jaime Mendes, Presidente da Seção Regional do Sul e representante do Senhor Bastonário numa das mesas. -----

----- Salientou que a necessidade de se manter no centro da Cidade instituições de saúde de proximidade, implicava um novo desenho assistencial com unidades modernas, de pequena ou média dimensão, com cuidados médico-cirúrgicos adaptados às novas realidades técnicas e humanísticas da Medicina, intimamente articulados com cuidados primários e cuidados continuados, num conceito de integração e flexibilidade. -----

----- Considerou que era impensável imaginar o total desaparecimento dos Hospitais Civis de Lisboa, mesmo que o no novo Hospital Oriental estivesse construído, salvaguardando que não iria substituir integralmente os Hospitais existentes, nem em número de Câmaras nem em proximidade à população. -----

----- Afirmou que a sua reabilitação e reformulação eram viáveis e menos onerosa do que a sua construção de raiz. Expôs que Santana tinha sido a primeira Cidade universitária da Capital e que não merecia a voragem de um urbanismo feroz, que não cuidava de acessos e que não resistia a modas a modas de uma ou duas gerações. Afirmou que a Colina merecia que a cultura e a ciência nela permanecessem, preservando-se assim o espólio museológico da medicina portuguesa que era, em vários aspetos, único no mundo e o Museu da Saúde, o Museu do Ministério da Saúde que, apesar dos seus fracos recursos, se encontrava, legalmente, em funcionamento. ---

----- Assegurou que apenas uma ampla discussão pública daquele tema poderia garantir uma auscultação legítima da população e das instituições. -----

----- Louvou a atitude democrática daquela Assembleia ao contrariar as decisões tomadas à revelia da população, tomadas para destruir aquilo que existia e alienar o património do Estado, por questões de engenharia financeira ou de interesses economicistas, numa visão urbanística que já tinha demonstrado a sua falência na crise que se vivia naquela altura. -----

----- Questionou o que é que a Câmara iria decidir, alertando que as consequências de uma decisão errada se poderiam revelar irremediáveis, responsabilizando os seus autores. -----

----- **A Senhora Doutora Cristina Moisão** disse que se encontrava em representação do Núcleo de História da Medicina da Ordem dos Médicos.-----

----- Salientou que se verificava, por um lado, a existência de um elevado valor patrimonial dos imóveis, classificados ou não, sítos na Colina de Santana e por um outro, um não menos desprezível valor de bens móveis relacionados com a saúde.-----

----- Considerou, por isso, essencial a preservação, estudo e disponibilização, para uso público, daquele património. Considerou, também, indispensável preservar a herança assistencial, técnico-científica e simbólica da Escola dos Hospitais Civis de Lisboa, herdeira e representante da História da Medicina Portuguesa desde os seus primórdios.

----- Disse que o património histórico móvel da saúde se encontrava disperso por várias instituições, em instalações deterioradas e diminutas, com escasso apoio técnico para proceder a inventariação e salvaguarda, com deficiente exposição pública e uma quase nula exploração turística. Na realidade, o acervo patrimonial encontrava-se disponível ao público apenas em pequenas mostras temáticas e temporárias e algumas visitas guiadas ocasionais, impedindo o acesso público generalizado a nacionais e estrangeiros e carecendo de uma divulgação turística adequada. -----

----- Entendia o Núcleo de História da Medicina da Ordem dos Médicos que, no momento em que se discutia o destino futuro da Colina de Santana, se deveria reformular uma proposta de preservação desse património, com o objetivo de tornar patente e de constituir uma mais-valia turística para a Cidade de Lisboa. -----



----- A existência atual de museus do Ministério da Saúde, no Hospital Miguel Bombarda, de Sá Penela, Mac Bride e de acervo variado distribuído por vários hospitais da Grande Lisboa não ia de encontro à exposição pública que o riquíssimo espólio merecia. Esse património, que se encontrava na totalidade sob a tutela do Ministério da Saúde, era público e assim devia permanecer.-----

----- Assim sendo, seria desejável a instalação num dos edifícios da Colina de Santana, aproveitando o riquíssimo património imobiliário existente, de um verdadeiro Museu de Saúde com instalações suficientemente amplas e recursos humanos capacitados, que permitissem a inventariação, catalogação, restauro e permanente exposição pública do património móvel, assim como o apoio a atividades de investigação histórica. -----

----- A existência de um verdadeiro Museu de História da Saúde iria de encontro à oferta pública de um bem público, podendo tornar-se em mais um dos motores de desenvolvimento educacional e científico e certamente crescimento da oferta turística da cidade, onde a história da medicina e da saúde em Portugal estivessem condignamente representadas. -----

----- **O Senhor Vítor Albuquerque Freire** disse que saudava aquela iniciativa da Assembleia Municipal de Lisboa e que, em primeiro lugar, salientava que a Associação Portuguesa de Arte Outsider, e que dizia respeito a arte de doentes mentais, tinha sido das primeiras a exigir, através de um abaixo-assinado com mais de três mil assinaturas, a reprovação daqueles projetos. Disse que, afinal, pareciam ter razão apesar de, na altura, terem sido denominados de radicais. O radicalismo estava nos projetos e não nas pessoas que se opunham àqueles. -----

----- Referiu que, em relação ao Hospital Miguel Bombarda, aquele hospital era diferente dos outros, parte dos seus edifícios de enorme valor histórico e arquitetónico estavam por classificar com proposta pendente na Direção Geral de Património Cultural. Aquele era um facto que tinha de ser atendido na decisão a tomar por aquela Assembleia. -----

----- Por outro lado, chamava a atenção para o facto que em relação aos museus, ou o museu a existir na Colina de Santana, não tinha havido qualquer discussão e as pessoas que iam tomar decisões, ou aquelas que tinham falado ali, naquela Assembleia, nem sequer tinham visitado o Hospital Miguel Bombarda, nem o Museu do Hospital Miguel Bombarda, o que era lamentável estarem a ser tomadas decisões com base naquela situação. -----

----- Leu as recomendações internacionais face aos museus de psiquiatria. E afirmou que internacionalmente, em termos de museologia, a orientação era para a separação, pelo que não fazia sentido deixar-se ao abandono o Museu do Hospital Miguel Bombarda, devendo antes ser alargado de acordo com a proposta que ali foi apresentada e que não tinha sido apresentada nas conclusões. A proposta da criação de um polo cultural e de haver uma permuta de terrenos entre a Câmara e a ESTAMO, e de a própria Câmara poder colaborar e integrar parte dos edifícios com exposições entregues às galerias municipais e à EGEAC, e com o Museu da Psiquiatria no seu local devido, onde ergueu os edifícios. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** começou por dizer que os valiosos espaços dos hospitais da Colina de Santana eram objeto de viva discussão naquela Assembleia, e que o argumento de que aqueles edifícios estavam velhos e que tinham uma manutenção de alto custo, estava demonstrado que não era bem assim. -----

----- Salientou que tratava-se sim de um projeto de negócio imobiliário de luxo que tinha levado à venda daqueles valiosos espaços, à ESTAMO. -----

----- Era inaceitável para a população de Lisboa a sua liquidação, e lembrou que o conjunto dos hospitais civis constituía uma referência médica de qualidade que tinha uma cultura de proximidade com os lisboetas, garantindo um atendimento de qualidade à população, independentemente da disponibilidade económica e financeira de cada um. -----

----- Sublinhou que a austeridade imposta à sociedade portuguesa que visava a contínua exploração de quem trabalhava e o empobrecimento generalizado, juntava-se também aquelas opções políticas que acrescentavam insegurança às populações, retirando proximidade e qualidade dado que se tratava de uma população cada vez mais envelhecida, dependente, sem transportes e com poucos rendimentos e que se via afastada do centro da cidade e com dificuldades de mobilidade. -----

----- Referiu que, também, os comerciantes da Colina de Santana se sentiam afastados e que aquela era uma situação que os prejudicava fortemente pois, a maioria dos clientes eram os funcionários dos hospitais e muitos dos utentes que ali se deslocavam diariamente. -----

----- Aquele era uma situação que implicava negócios de imobiliário que iam descaracterizar o tecido social da Cidade de Lisboa se tal não fosse travado. -----

----- Confirmou que não era por razões de política de saúde que se pretendia acabar com a generalidade dos hospitais da Cidade de Lisboa. Faltavam mil e duzentas camas para cuidados continuados. -----

----- A estratégia tinha de ser a de servir a população de Lisboa, e não o contrário. -----

----- **A Senhora Ana Amaral** disse que a ofensiva lançada pelo Governo PSD/CDS-PP, que dava continuidade às políticas do PS, consubstanciada em encerramento de Hospitais, Centros de Saúde e serviços, como era o caso dos Hospitais do Desterro, Miguel Bombarda, S. Lázaro, fez com que a capacidade dos Hospitais da Região de Lisboa, fosse reduzida em cerca de 800 camas. -----

----- Para além disso, era ainda incerto o futuro dos Hospitais Curry Cabral Maternidade Alfredo da Costa, Dona Estefânia, Capuchos, Santa Marta, S. José, Pulido Valente e Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto, sendo que alguns daqueles seriam extintos para dar origem ao projeto imobiliário da Colina de Santana, com justificação que estavam velhos e degradados, que eram de difícil acesso e com custos de manutenção elevados. -----

----- Contudo, ao invés daqueles argumentos falaciosos o que verificavam era que os Hospitais que queriam encerrar, para além de terem sido alvo de investimento em instalações e equipamentos, eram altamente diferenciados, prestando cuidados de saúde especializados que tinham uma área de abrangência muito mais vasta que a da

sua respetiva área geográfica, e que funcionavam como importantes centros de formação, nomeadamente, na formação médica pós-graduada.-----

----- Fruto da sintonia entre os governos e os grandes grupos financeiros, que viam na saúde uma importante área de negócios de onde poderiam extrair lucros chorudos, insistia-se no erro de continuar a construir as novas unidades de saúde como parcerias público-privado que serviam apenas os objetivos de quem queria lucrar à custa da saúde dos Portugueses e dos dinheiros públicos.-----

----- Para além daquilo, surgiam hospitais privados, como era o caso do hospital da Luz, Lusíadas e Descobertas, que através de acordos e convenções, se financiavam quase exclusivamente a ponta das transferências de verbas da ADSE e outros subsistemas de saúde, não sendo aproveitada toda a capacidade instalada existente nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, o que se revelava num delapidar do erário público.-----

----- **O Senhor Sebastião Santana** disse que sendo aquele o último de uma série de debates que visaram discutir o futuro dos hospitais que ocupavam a Colina de Santana e, como aquele não era dissociável do futuro dos cuidados nele prestados, cabia a si, como utente e profissional do Centro Hospitalar de Lisboa Central, o dever cívico de deixar algumas considerações pessoais.-----

----- Referiu que a questão dos cuidados de saúde prestados na Colina de Santana, não podia ser vista como respeitante apenas, e só, à população que residia naquela colina, facto aquele que merecia a melhor atenção por parte de quem tinha responsabilidade política na decisão, uma vez que ali foram referidos, em sessões anteriores, argumentos de veracidade duvidosa, na análise, que visavam, de forma irresponsável e inconsequente, centrar o problema do encerramento daqueles hospitais no acesso daquela população aos cuidados de saúde.-----

----- O encerramento daquelas instalações não só não era um problema de saúde “microlocal”, como era uma questão de saúde muitíssimo abrangente, que punha diretamente em causa o acesso e referenciação de, provavelmente, milhões de Portugueses, a especialidades médicas e cirúrgicas, correndo-se o risco de deixar ao abandono e à sorte própria quem só podia depender do Serviço Nacional de Saúde, serviço aquele, aliás, garantido pela Constituição da Republica Portuguesa e basilar na nossa Democracia.-----

----- Disse que colocar em causa o acesso àqueles Serviços de Saúde, em nome da especulação imobiliária e dos interesses de grupos privados de saúde, era, no mínimo, um atentado à Democracia e aos mais básicos direitos dos cidadãos.-----

----- Afirmou que era preciso, ainda, não esquecer o argumento, ali, também, esgrimido, de que o novo Hospital de Todos os Santos, serviria de remédio às necessidades criadas pelo encerramento dos Hospitais da Colina de Santana, o que não lhe parecia, em boa verdade, que em pleno ano dois mil e catorze, se devesse acreditar piamente em promessas vagas, sem dados concretos e compromissos assumidos, ainda mais, quando aquele novo, hipotético, sonhado e apenas possivelmente futuro Hospital de Todos os Santos, era projetado com um numero de camas, condições e até sistema

de administração, mantido em segredo desonesto, por parte de quem já sabia bem o que queria para a saúde dos Portugueses. -----

----- Salientou que a par com as preocupações que já referiu, restava-lhe uma outra: o novo, hipotético, sonhado e apenas possivelmente futuro Hospital de Todos os Santos, substituir os Hospitais da Colina de Santana, no que dizia respeito à formação de profissionais de saúde, perguntou. Teria sido aquela questão sequer equacionada, perguntou. -----

----- **O Senhor Vítor Serra** disse que era médico psiquiatra e que pelo que conhecia da cidade em que a maior parte dos doentes psiquiátricos foram postos na rua, tinha ali sido falado em hotéis em condomínios privados e bastava-lhe andar a pé pela cidade para ver qual era o hotel de cinco estrelas que estava espalhado pelas ruas da cidade.---

----- Aqueles doentes eram pessoas, não eram coisas, que deviam de merecer a melhor atenção pela parte da cidade. E bastava lembrar que um povo que não olhava pelos desprotegidos e para quele que era o parente pobre da medicina, a psiquiatria, não era uma sociedade civilizada nem as pessoas eram dignas daquele nome. -----

----- Disse que preferia manter a psiquiatria no “condomínio público”. E lembrou, também, que ao nível dos museus, a obra-prima, aquilo que era a melhor obra de arte era o homem, e se desprezávamos aquilo que era considerado a coroa da natureza, a sua jóia por excelência, estávamos a regredir naquilo que era a evolução do ser humano. -----

----- Apelou à consciência de todos os Deputados Municipais para que o sonho, desencadeado por aquela iniciativa, pudesse continuar e não o transformassem em pesadelo. -----

----- **A Senhora Isabel Barbosa** disse que a constituição do mega Centro Hospitalar Lisboa Central que passou a integrar 6 hospitais, facilitava a intenção de encerramentos, dado que o próprio Ministério da Saúde e Governo, primeiros responsáveis pelo Serviço Nacional de Saúde, remeteram a decisão para o Conselho de Administração ao mesmo tempo que estrangulavam financeiramente os hospitais e as EPE em particular. -----

----- A realidade do Centro Hospitalar Lisboa Central era um bom exemplo da chamada Reforma do Estado, que não estando ainda oficializada, avançava a passos preocupantes. De dois mil e três a dois mil e treze, fecharam setecentas e noventa e duas camas. Não contando com as camas do Hospital do Desterro que encerrou com o anterior Governo. -----

----- Referiu que passo a passo destruíam-se os serviços públicos essenciais, a prestação de cuidados de saúde de qualidade, não sendo por acaso que surgiram notícias de falta de resposta no Serviço Nacional de Saúde que envergonhavam o país.

----- À degradação dos hospitais somavam-se, ainda, o encerramento de unidades funcionais dos cuidados de saúde primários no centro e na periferia de Lisboa. -----

----- À degradação dos cuidados de saúde primários e hospitalares, somavam a ausência de estruturas dos cuidados continuados públicos. -----

----- A linha política do atual Governo seguia e aprofundava a destruição das Funções Sociais do Estado, como era o caso da saúde. -----

----- Sublinhou que o guião da Reforma do Estado previa a privatização daquelas Funções essenciais. A saúde era considerada uma mercadoria e não um direito. E aquele documento seguia uma linha política já desenvolvida pelo atual e anteriores Governos, designadamente após a assinatura do Memorando da Troika, mas constituíam um novo patamar de intensificada destruição.-----

----- Salientou que a intenção de encerramentos dos hospitais situados na Colina de Santana, sem contar com os hospitais do Desterro, Arroios e Miguel Bombarda, já encerrados, era justificada com os argumentos do excesso de oferta em saúde situada em Lisboa, degradação e localização dos edifícios. Era preciso referir, que aquelas unidades hospitalares eram de referência, constituíam, por isso, importantes centros de formação clínica, servindo toda a população do país.-----

----- Além disso, era o próprio relatório final realizado pelo Grupo Técnico para a Reforma Hospitalar, em dois mil e onze, encomendado pelo Governo, que admitia que Lisboa/Sul era a região que menos oferta em cuidados hospitalares tinha, tendo em conta a população que abarcava.-----

----- O argumento de edifícios centenários não servia, visto que havia bons exemplos na Europa com a mesma situação. Também ali não foram referidos os grandes investimentos feitos em reconstrução e equipamentos.-----

----- O encerramento daqueles hospitais provocaria a desarticulação de equipas que faziam parte do património humano que queriam salvar e, também, era uma preocupação o futuro de milhares de trabalhadores.-----

----- Disse que se os argumentos técnicos não servissem, só existiam duas justificações para a intenção de encerramento de hospitais de referência: o de alimentar o negócio privado de saúde e o negócio imobiliário. E, ali, condenavam o papel da Câmara Municipal de Lisboa conivente com aquela situação, e apelavam aos profissionais de saúde, e população de Lisboa, que lutassem contra a destruição do Serviço Nacional de Saúde.-----

----- **A Senhora Teresa Sá Melo** disse que o governo PS tinha vendido, em dois mil e cinco, os terrenos e os edifícios hospitalares da Colina de Santana a uma empresa imobiliária. E a atual autarquia do Partido Socialista faria o loteamento daqueles terrenos, ou seja, o que tinha sido comprado por “dez”, iria ser vendido por “dez mil”.-  
-----

----- Referiu que o golpe de misericórdia para o fecho dos hospitais civis seria dado pela atual autarquia. Havia ali duas questões; uma, por parte do governo, para obter dinheiro, vendendo o património do Estado, a outra, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, para urbanizar o novo espaço de dezasseis hectares no centro da cidade. Mas para os cidadãos, a questão era global. Tratava-se de qualidade de vida de todos e da política que vinha a ser delineada, desde dois mil e cinco, para a saúde pública. E era por isso que para a Câmara Municipal de Lisboa a questão da Colina de Santana não podia ser apenas uma questão de urbanismo.-----

----- Disse que o Dr. António Costa tinha afirmado na reunião da FAUL, a vinte e seis de fevereiro do ano anterior, que o Hospital Pediátrico D. Estefânia seria independente mas construído junto ao novo hospital de Marvila. Assim, perguntou se a Câmara Municipal de Lisboa conseguia juntar o espaço do Hospital D. Estefânia ao da

Academia Militar, de repente o Dr. António Costa tinha encontrado um poço de petróleo no jardim. O atual Presidente da Câmara, que merecia toda a consideração, e por quem votou como eleitora em Lisboa, devia de considerar, como pessoa inteligente que era, que as suas futuras decisões para o loteamento e urbanização da colina seriam o golpe de misericórdia do fecho definitivo dos hospitais. E que aquilo teria forçosamente consequências políticas, não só a nível local, como a nível nacional.

----- **A Senhora Elsa Soares Jara** disse que considerando que os Hospitais S. José e Santa Marta e Capuchos, em pleno funcionamento, e já programada a sua destruição sendo que eram verdadeiros exemplos de bom funcionamento de hospitais de referência, as estruturas mais complexas do Serviço Nacional de Saúde que em declarações públicas, ou textos escritos, os responsáveis do ministério da Saúde nunca afirmaram o contrário, os textos publicados no site do Centro Hospitalar Lisboa Central eram elucidativos daquela realidade, que ao contrário daquilo que era dito para justificar a sua destruição, aqueles três hospitais estavam instalados, quer em edifícios de construção recente, como em antigos edifícios profundamente remodelados, tinham estruturas e equipamentos de ponta que permitiam manter em pleno funcionamento serviços únicos nos país, como a unidade de queimados do Hospital de S. José, e de transplantes do Hospital de Santa Marta, e que por isso pertenciam a um restrito grupo de hospitais dos mais diferenciados do país, e que a justificação dada pelos responsáveis eram os elevados custos de manutenção em que se incluíam as elevadas rendas pagas à empresa pública do Ministério das Finanças, a ESTAMO, que a sua destruição era usada como justificação para possibilitar a construção de um novo hospital, fazendo acreditar que dali resultaria uma poupança de milhões de euros, ficando o centro da cidade sem um único hospital, propunha a suspensão de todos os planos de destruição de todos os hospitais ainda em funcionamento na Colina de Santana e não se avançasse com qualquer decisão relativamente à construção do novo hospital em Lisboa, até que fossem conhecidos a atual necessidade de camas hospitalares na cidade de Lisboa atendendo á sua população atual, também os custos de manutenção dos hospitais da Colina de Santana a manter em funcionamento tendo em conta o número de camas calculado, os custos atualizados, a construção e o respetivo número de camas do novo hospital. -----

----- **O Senhor José Gomes** disse que era completamente inacreditável o que se pretendia fazer. -----

----- Era morador na zona do Hospital de Santa Marta e que iria precisar de cuidados médicos em breve, e onde é que iria ser atendido, perguntou. O Hospital de Santa Marta era um hospital de referência, era dos melhores hospitais em Portugal. Também o Hospital de S. José era um excelente hospital, como é que era possível pensar-se em destruir aqueles hospitais, perguntou, a troco de vagas promessas de especulação imobiliária. -----

----- Referiu que um país já com tantas necessidades como Portugal não podia ficar também defraudado no que respeitava a cuidados de saúde. Quereria a Câmara Municipal de Lisboa ficar com tal “mancha” no seu curriculum, perguntou, com a

destruição do conjunto dos hospitais que servia não só a cidade de Lisboa, como o país inteiro. -----

----- Referiu que todas as pessoas que viviam à volta do Hospital Miguel Bombarda, se intentassem fazer o condomínio, iam pegar fogo áquilo tudo. Se intentassem fazer o condomínio e o emparedassem ao próprio, e a todas as pessoas da Luciano Cordeiro e das ruas à volta, podiam ter a certeza que iria haver uma revolta, e que as pessoas iriam mobilizar-se contra tal intenção, porque o que se estava a passar não podia acontecer, era a sua saúde e a qualidade de vida das pessoas que estava em causa. -----

#### ENCERRAMENTO

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** agradeceu a salva de palmas, mas devolvias a todas as pessoas que tinham tornado aquele debate possível, os Senhores Deputados Municipais, os cidadãos, o público e a comunicação social, sem aqueles não havia debate, mesmo com muitas ideias, se não se tivessem conjugado muitas vontades o debate não tinha existido. -----

----- Agradeceu, assim, a todos os participantes, que tinham dado corpo àquele debate e o tinham tornado possível.-----

----- Sublinhou que quando lançaram aquela iniciativa, outras vozes lhe disseram que era inútil fazer qualquer espécie de debate porque aquele era um assunto que estava resolvido, o governo já tinha decidido encerrar os hospitais e a Câmara já tinha os loteamentos todos em vias de serem aprovados. -----

----- No entanto, não acreditava que em democracia houvesse uma política de factos consumados sistematicamente, não podia ser assim. Ou então não havia democracia. E, portanto, assumiu que a Assembleia Municipal de Lisboa devia de assumir as suas funções, sendo que as suas duas funções mais importantes, uma delas tomar posição perante os poderes públicos e entidades externas sobre assuntos de interesse da cidade, era o que tinham estado a fazer. E a segunda era fiscalizar a ação da Câmara Municipal, o que também estava a ser feito. -----

----- Assim, referiu que foi possível, através daqueles debates, levantar problemas, suscitar questões, apresentar propostas, restando a parte mais trabalhosa, e que era com toda aquela matéria tentar construir uma decisão onde a Assembleia, conjuntamente com os cidadãos, se revissem. Não ia ser fácil, até porque havia posições contrastadas, mas havia ali questões em que a Assembleia Municipal tinha o dever de tomar uma posição. E, portanto, o seu apelo era, basicamente, que todos os Deputados que eram chamados a refletir, através dos seus grupos municipais, e em colaboração com a Mesa, sobre o que iriam decidir no fim daquele debate, pusessem bem a “mão na consciência”, e pensassem no que haviam de decidir no final daquele debate, o que era que a Cidade de Lisboa merecia que aquela Assembleia Municipal fosse capaz de decidir.-----

----- Salientou que, como era evidente, não tinha ilusões, as decisões da Assembleia Municipal não iriam resolver os problemas todos, mas poderiam definir uma linha, um caminho, uma orientação. Depois, cidadãos, partidos políticos, forças, movimentos, etc., teriam de estar atentos para que as coisas fossem cumpridas, não havia milagres, não era uma deliberação da Assembleia Municipal, não resolviam as coisas por

decreto, não era assim que as coisas aconteciam, mas tinham o poder de dizer não a umas coisas, e o poder de dizer sim a outras coisas, e era aquilo que estava em causa, e era aquilo que pesava sobre todos, e era aquilo que como Presidente da assembleia Municipal de Lisboa iria tentar fazer, e era para isso que convidava para o próximo dia vinte e cinco, os que pretendiam assistir, ou diretamente, ou através da internet, á sessão, sendo que antes da sessão iriam reunir, iriam trabalhar, iriam procurar o bem da cidade através das diferentes opiniões, mas, sobretudo, iriam honrar a história e a memória da Cidade de Lisboa, o povo de Lisboa, porque muitas vezes, ao longo da história de Portugal, tinha sido o povo a estar na primeira linha para que a história do país não tivesse um fim não desejado, um fim que teria levado a outro caminho a nação. E por isso, como representantes do povo de Lisboa, era sobre eles que recaía a responsabilidade, assumia a sua quota-parte, e convidava a todos assumirem a sua, e ali estariam no dia vinte e cinco, a prestarem contas a todos daquilo que eram capazes de fazer. -----

----- Agradeceu a todos, mais uma vez.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, Chefe de Gabinete, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----O MODERADOR-----